

## **Afinal, o que aconteceu com a desigualdade no imposto de renda?**

Marcos Hecksher<sup>1</sup>

Marcelo Neri<sup>2</sup>

**“Ou a desigualdade caiu, ou a renda cresceu mais do que se pensa.”**

Tabulações da Receita Federal sobre as declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) têm sido usadas, nos últimos anos, para reestimar tendências da desigualdade no Brasil. Essas tabelas apontam valores mais altos e críveis para a renda dos mais ricos – notoriamente subestimada nas pesquisas domiciliares – e supõe-se que suas cifras não sejam exageradas pois ninguém quer pagar mais imposto do que precisa. Os dados tributários, quando contrastados aos de outras fontes, indicam que a desigualdade é bem mais alta do que a captada isoladamente nas bases tradicionais. Entretanto, a variação da desigualdade ao longo do tempo depende das taxas de crescimento das rendas e, como mostramos em pesquisa para a United Nations University,<sup>3</sup> o crescimento parece exagerado nas declarações fiscais. Ele é afetado por melhorias na fiscalização e inovações legais que mudam incentivos e obrigações para diferentes grupos declararem ou não certos tipos de renda.

Entre 2007 e 2011, a renda média real por declaração cresceu ao ritmo de milagre econômico de 10,1% e, nos quatro anos seguinte, 0,4% ao ano. Na média de 2007 a 2015, a expansão foi forte, 5,1% ao ano. Já o número de declarações sobe apenas 1,1% ao ano enquanto a população adulta aumenta 1,8% ao ano e o limite real de isenção cai. O IRPF isentava todos os que ganhavam até 3,46 salários mínimos em 2007, mas só até 2,38 salários mínimos em 2015. Somado à alta nas proporções de trabalhadores e negócios formais, isso deveria gerar um crescimento de declarantes superior ao da população adulta, o oposto do que ocorreu.

---

<sup>1</sup> Pesquisador do IPEA e doutorando da ENCE/IBGE.

<sup>2</sup> Diretor do FGV Social e professor da FGV EPGE.

<sup>3</sup> <https://www.wider.unu.edu/publication/top-incomes%E2%80%9999-impacts-inequality-growth-and-social-welfare>.

O mais surpreendente é que, na contramão do envelhecimento populacional, o número de declarantes com mais de 40 anos de idade cai 15,9%. Já o de dependentes por declarante de até 40 anos dobra, enquanto as famílias ficam cada vez menores. Essas contradições com as tendências demográficas podem ser parcialmente explicadas por mais pais e mães declarados como dependentes de seus filhos, com direito a isenções e descontos, mas nem isso dá conta de toda a mudança. A ideia de que cada declaração represente bem uma pessoa da população mais rica é desafiada pelas mudanças na pirâmide etária.

Ao mesmo tempo, a composição das rendas declaradas também muda de forma importante. A participação de rendas isentas aumenta 9,9 pontos percentuais (p.p.) e a das rendas por tributação exclusiva na fonte, 1,9 p.p., enquanto as tributáveis perdem 11,8 p.p. O desincentivo do leão para declararmos rendas tributáveis não se aplica às rendas em ascensão. Declarar mais rendas isentas não implica pagar mais impostos.

Entre 48 fontes de rendas, as três que mais puxaram o crescimento são isentas de tributação: as de micro e pequenas empresas; a parcela isenta de aposentadorias; e os rendimentos de caderneta de poupança. Se as aposentadorias são impulsionadas pelo envelhecimento populacional, os lucros isentos de pequenas empresas podem refletir em parte novas formas de declarar rendas que sempre existiram, mas só ficaram visíveis ao fisco devido à formalização e à “pejotização” (trabalhadores convertidos em pessoas jurídicas para reduzir a carga tributária). Afinal, houve mudanças institucionais importantes. O Simples Nacional expandiu-se de 2,5 milhões para 5 milhões de micro e pequenas empresas. A lei do Microempreendedor Individual (MEI) de 2008 levou de zero a 5,7 milhões de MEIs registrados em 2015. As 2,5 milhões de notas fiscais eletrônicas emitidas em 2007 saltaram para 2,4 bilhões em 2015.

Os rendimentos da poupança tabulados pela Receita batem recorde em 2015, justamente quando a rentabilidade real dessa aplicação foi negativa, perdendo para a inflação. Na verdade, o crescimento computado dessa fonte isenta, assim como o das aplicações financeiras tributadas na fonte, acompanha a correção monetária dos ativos,

que cresceu com a inflação, mas não representa ganhos reais de poder de compra em favor dos mais ricos.

Aliás, atenção: a desigualdade caiu no IRPF. Enquanto crescem fortemente, as rendas por declaração se desconcentram, crescendo mais na base do que no topo. Entre 11 faixas de renda declarada, a desigualdade medida pelo índice de Gini cai de 0,610 para 0,576 entre 2007 e 2015, 79% da queda verificada no período entre as rendas individuais de adultos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A desigualdade entre declarações de IRPF diminui também entre sexos, ocupações, estados e cai muito entre municípios.

Quando a análise se restringe às declarações com rendas mais altas, que têm sido usadas em comparações com as contas nacionais e as pesquisas domiciliares, a desigualdade dentro do IRPF diminui menos e a renda cresce menos, mas ainda bastante. E a variação da desigualdade total é muito sensível ao crescimento atribuído aos mais ricos, que o IRPF parece superestimar. Como a desigualdade cai na PNAD e no IRPF, a desigualdade total só deixaria de cair se houvesse crescimento maior das rendas do IRPF, o que teria um lado bom digno de atenção. Das duas uma: ou a desigualdade caiu, ou a renda cresceu mais do que se pensa.

Uma base pública amostral de dados longitudinais desidentificados do IRPF ajudaria a entender melhor por que certos grupos de pessoas e rendas entram e saem das declarações. Permitiria ao país formular e discutir propostas embasadas de eficiência e equidade tributária, importantes para uma retomada sustentável do crescimento com equilíbrio social e fiscal. Os dados disponíveis, embora representem um avanço, ainda trazem mais ruído do que informação sobre a trajetória da desigualdade, que, segundo todas as bases públicas, caía até o país entrar em crise.